

 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	<b>Diretoria Adjunta Operacional</b>	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-00
	<b>Formulário da Qualidade</b>	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	<b>Comissões Técnicas Permanentes</b>	DATA REVISÃO:	
	<b>Ata de Reunião</b>		

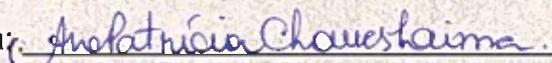
## ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA NA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA NONA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

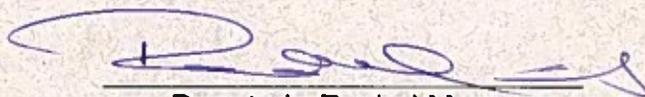
Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia onze de julho de 2018, no auditório Deputado Antônio Gomes de Freitas, do Complexo de Comissões Técnicas Permanentes, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania com a presença dos deputados: Rachel Marques, Renato Roseno e Jeová Mota. Deixaram de comparecer os deputados: Leonardo Araújo e Osmar Baquit. Constatando número regimental, a presidente, deputada Rachel Marques, declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação do Plenário a Ata da 2ª Reunião Extraordinária, cuja leitura foi dispensada a pedido do presidente. Colocado-a em discussão e votação, a Ata foi aprovada sem ressalvas. Dando continuidade, a Presidente passou para apreciação dos seguintes itens da pauta: **Expediente:** o senhor presidente cientificou os presentes dos seguintes documentos: 1. Ofício nº 07/2018 oriundo da Defensoria Pública do Estado do Ceará, requerendo a realização de audiência pública com a finalidade de discutir sobre a instalação e funcionamento da Torre de Vigilância do bairro Janguruçu. Em votação, aprovada a solicitação da Defensoria Pública; Ofício nº 08/2018 oriundo da Defensoria Pública do Estado do Ceará, enviando convite para participação em audiência pública que irá debater sobre soluções para as comunidades dos Trilho, a realizar-se no dia 28 de junho, às 13h30min; 3. Ofício nº 09/2018 oriundo do Centro de Apoio Operacional da Cidadania – CAOCIDADANIA, encaminhando roteiro apresentado pelo Forum Brasileiro de Segurança Pública/Cruz Vermelha, solicitando informações sobre o sistema existente no Ceará para a localização de pessoas desaparecidas. **Ordem do Dia:** o presidente fez a leitura das matérias e colocou em discussão e votação: **1. Requerimento nº 08/2018 de autoria do Deputado Dedé Teixeira:** "Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação dos imigrantes africanos no Estado do Ceará"; **2. Requerimento nº 09/2018 de autoria do Deputado Capitão Wagner:** "Requer a realização de Audiência Pública para discutir a criação de delegacias especializadas no atendimento ao idoso e à pessoa física com deficiência, na forma que indica"; **3. Requerimento nº 10/2018 de autoria da Deputada Rachel Marques:** "Requer a realização de audiência pública para debater sobre a violência contra os idosos e pessoas com deficiência"; **4. Requerimento nº 11/2018 de autoria do Deputado Dr. Santana:** "Requer a realização de audiência pública com a finalidade de discutir acerca do direito à moradia: Direito humano Fundamental". Em votação, todos os requerimentos foram aprovados por unanimidade. Posteriormente, o senhor presidente colocou em discussão e votação as seguintes proposições e os respectivos pareceres: **1. Proposição nº 163/2017 (Projeto de Lei), de autoria do Deputado Leonardo Araújo:** "Institui o Selo "Empresa Amiga Do Idoso" no Estado do Ceará" com relatoria do deputado Renato Roseno e a **Emenda Supressiva nº 01/2017 autoria do Deputado Evandro Leitão** - "Requer acatamento de emenda que suprime os arts. 3º e 5º do Projeto de Lei 163/2017" que teve como relator o deputado Jeová Mota, com a seguinte Conclusão da Comissão aprovados os pareceres. **2. Proposição nº 190/2017 (Projeto de Lei), de autoria da Deputada Aderlânia Noronha:** "Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos benefícios de gratuidade para jovens de baixa renda, previstos no

 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	<b>Diretoria Adjunta Operacional</b>	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-00
	<b>Formulário da Qualidade</b>	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	<b>Comissões Técnicas Permanentes</b>	DATA REVISÃO:	
	<b>Ata de Reunião</b>		

Programa Identidade Jovem (IdJovem), com base na Lei Federal nº 12.852/2013, nas escolas públicas, polos de lazer, centros de referência de assistência social (Cras) e órgãos públicos municipais e estaduais do Estado do Ceará” com relatoria do deputado Jeová Mota, com a seguinte Conclusão da Comissão: aprovado o parecer do relator; **3. Proposição nº 197/2016 (Projeto de Lei), de autoria do Deputado Renato Roseno:** “Assegura o direito ao nome social nos serviços públicos e privados no Estado do Ceará, na forma que define” com relatoria do deputado Leonardo Pinheiro com a seguinte Conclusão da Comissão aprovado o parecer do relator; **4. Proposição nº 119/2017 (Projeto de Indicação), de autoria do Deputado Renato Roseno:** “Dispõe sobre o estabelecimento dos parâmetros para a inclusão dos itens “orientação sexual”, “identidade de gênero” e “nome social” nos boletins de ocorrência – B.O.s – e nos Termos Circunstanciados – T.C.s – emitidos por autoridades policiais do Estado do Ceará”, o qual teve vistas solicitada em 24/05/2018 pelo Deputado Walter Cavalcante, com relatoria do deputado Leonardo Pinheiro, com a seguinte Conclusão da Comissão: aprovado o parecer do relator; **5. Proposição nº 142/2017 (Projeto de Indicação), de autoria da Deputada Mirian Sobreira:** “Dispõe sobre a criação do Memorial dos Povos Indígenas no Ceará”, relatoria do deputado Jeová Mota, com a seguinte Conclusão da Comissão: aprovado o parecer do relator. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu, Ana Patrícia Chaves Lima, secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim, e pela presidente da comissão deputada Rachel Marques.

Secretária:

  
Ana Patrícia Chaves Lima



Deputada Rachel Marques  
Presidente da Comissão